

PUBLICAÇÃO

Publicado em consonância
com o Artigo 94 da L.O.M. •
Tasp. RT 437/447 e 242/522

Em 02 / 08 / 2004

ESTADO DE RORAIMA PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS GABINETE DA PREFEITA

LEI N.º 099/2004

DE 02 DE AGOSTO DE 2004

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2005 DO MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS/RR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RORAINÓPOLIS (RR), no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

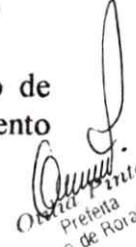
Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e na SEÇÃO VI da Lei Orgânica do Município de RORAINÓPOLIS, as diretrizes gerais para a elaboração e a execução orçamentária referente ao exercício financeiro de 2005, compreendendo:

- I - Prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
- II - Estrutura e organização dos orçamentos;
- III - Diretrizes gerais para a elaboração e a execução do orçamento anual do município e suas alterações;
- IV - Disposições relativas às despesas do município com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;
- V - Disposições sobre alterações na Legislação Tributária do Município;
- VI - Disposições relativas à Dívida Pública Municipal; e
- VII - Disposições finais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º Tendo como objetivo a melhoria da qualidade de vida do cidadão, o Município de RORAINÓPOLIS estabelece as seguintes prioridades, que nortearão a elaboração do Orçamento Anual:


Ondina Brito
Prefeita
Município de Rorainópolis



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
GABINETE DA PREFEITA

- I - Ampliar a oferta e a melhoria dos serviços prestados na área social;
- II - Dinamizar a economia do Município;
- III - Implementar a execução e o controle orçamentários, visando à recuperação da capacidade de investimentos do município;
- IV - Assegurar o desenvolvimento e o crescimento urbano de forma harmônica, e preservar o ambiente natural e a qualidade de vida dos cidadãos;

§ 1º O anexo I desta lei estabelece os programas, os objetivos e as metas, em consonância com a Lei do Plano Plurianual, referente ao período 2002 a 2005, que terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2005, observado o limite à programação das despesas que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias.

§ 2º O anexo II desta lei demonstra as metas fiscais.

Art. 3º As proposições explicitadas no artigo precedente serão obtidas mediante o esforço persistente na redução das despesas de custeio e na racionalização dos gastos.

Art. 4º Na elaboração do orçamento da Administração Pública Municipal buscar-se-á a contribuição de todos os mecanismos disponíveis para orientar o executivo na melhor aplicação dos recursos desse município, e principalmente a presente LEL.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 5º A proposta Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, até 30 de agosto de 2004, atendendo o prazo estabelecido no Art. 19, § 5º III, da Competência Orçamentária, SEÇÃO VI da Lei Orgânica do Município de RORAINÓPOLIS, e compreenderá a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município, seus Órgãos e Fundos Municipais, da administração direta e indireta.

Art. 6º Para efeito desta lei, entende-se por:

Otília Pinto
Prefeita
Município de Rorainópolis



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
GABINETE DA PREFEITA

- I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;
- II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
- III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
- IV - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resultam em um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

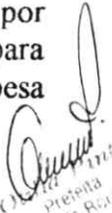
§ 2º Cada atividade, projeto, ou operação especial, identificará a função e sub-função às quais se vinculam.

Art. 3º O orçamento Fiscal compreenderá a programação dos Poderes Legislativo e Executivo, de seus Órgãos, e Fundos Municipais, instituídos e mantidos direta ou indiretamente pelo Poder Público.

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, os Órgãos e Fundos Municipais da Administração Direta e indireta, encaminharão à Secretaria Municipal de Administração e de Finanças as respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação.

§ 2º O poder Legislativo Municipal, encaminhará ao poder Executivo o orçamento para o exercício financeiro de 2005 devidamente aprovado pela Mesa Diretora da Câmara de Vereadores na forma regimental.

Art. 4º O orçamento Fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, indicando para cada categoria econômica o grupo de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa e a fonte de recursos.


Prefeita
Município de Rorainópolis



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
GABINETE DA PREFEITA

§ 1º O Projeto de Lei Orçamentária Anual será apresentado segundo os seguintes desdobramentos:

DESPESAS CORRENTES

Despesas Correntes

Transferências Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

Inversões Financeiras

Transferências de Capital

Amortização da Dívida

§ 2º As fontes de recursos de que trata este artigo serão apresentadas da seguinte forma:

FONTES DE RECURSOS – 2005

FONTE	ESPECIFICAÇÃO
00	Recursos Próprios – Administração Direta
01	Participação na Receita da União
02	Participação na Receita do Estado
03	Participação na Receita do Município
04	Transferências de Recursos do FUNDEF
05	Transferências de Recursos do SUS
06	Transferências de Convênio
07	Operações de Crédito
08	Reserva de Contingência
09	Outras Fontes de Recursos

Art. 3º A mensagem que encaminhar a proposta orçamentária conterá:

- 1 - O comportamento da arrecadação de exercício anterior.


PREFEITA MUNICIPAL
RORAINÓPOLIS - RORAIMA



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
GABINETE DA PREFEITA

- II - O demonstrativo dos gastos públicos, por órgão, da despesa efetivamente executada no ano anterior, em contraste com a despesa autorizada;
- III - A observação em relação ao limite de que trata os artigos 18,19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000;
- IV - A discriminação da Dívida Pública.

Art. 10. A lei orçamentária discriminará em programas de trabalho específicos as dotações destinadas:

- I. A transferência de recursos a Fundos Municipais;

Art. 11. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal constituir-se-á de:

- I - Texto da lei;
- II - Quadros orçamentários consolidados;
- III - Anexo do Orçamento Fiscal, discriminando a receita e a despesa na forma definida por esta lei;
- IV - Discriminação da legislação da receita e da despesa, referente ao Orçamento Fiscal.
- V - Programação referente à manutenção e ao desenvolvimento do ensino, nos termos do artigo 212, da Constituição Federal, em nível de órgão, detalhando fontes e valores por categoria de programação.

§ 1º Integrarão o Orçamento Fiscal todos os quadros previstos na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

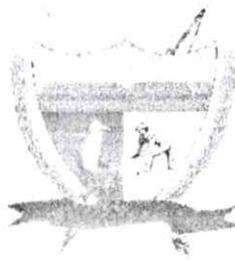
§ 2º Integrarão o Orçamento de Investimentos, no que couberem, os quadros previstos na mesma lei citada no parágrafo anterior.

Art. 12. Os projetos de lei orçamentária anual e de abertura de créditos adicionais, bem como, suas propostas de modificações nos termos da Lei Orgânica do Município serão apresentados na forma desta lei e com o detalhamento nela estabelecido.

CAPÍTULO III

**DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO
ORÇAMENTO**


Prefeita Municipal
Município de Rorainópolis



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
GABINETE DA PREFEITA

SEÇÃO I

Diretrizes Gerais

Art. 13. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária de 2005 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como, levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei.

Parágrafo único. Para o efetivo cumprimento da transparência da gestão fiscal de que trata o "caput" deste artigo, o Poder Executivo, por intermédio da Secretaria de Administração e Finanças poderá criar e manter atualizado endereço eletrônico, de livre acesso a todo cidadão, contendo dados e informações descritas no artigo 48, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 14. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 15. As propostas parciais dos Órgãos e Fundos Municipais da administração direta e indireta, serão apresentadas segundo os valores vigentes no mês de junho de 2004 e encaminhadas à Secretaria de Administração e Finanças até o dia 30 de julho de 2004.

Parágrafo único. A proposta orçamentária do Poder Legislativo não poderá apresentar valores diferentes daqueles que lhe couber pelos limites percentuais estabelecido pela Emenda Constitucional nº 25 de 14 de fevereiro de 2000.

Art. 16. Os projetos em fase de execução terão prioridade sobre novos projetos.

Parágrafo único. A programação de novos projetos dependerá de prévia comprovação de sua viabilidade técnica, econômica e financeira.

Art. 17. Na programação da despesa não poderão ser:

- I - Fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;
- II - Incluídos projetos ou atividades com a mesma finalidade em mais de um órgão;
- III - Incluídas despesas a título de investimentos - Regime de Execução Especial - ressalvadas os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do artigo 167, § 3º, da Constituição Federal;
- IV - Transferidos a outras unidades orçamentárias os recursos recebidos por transferência de outras esferas.


Osmar Pinto
Prefeito
Município de Rorainópolis



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
GABINETE DA PREFEITA

Art. 18. Na lei orçamentária, não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:

- I - Ações que não sejam de competência exclusiva do Município, comum ao Município, à União e ao Estado, ou com ações em que a Constituição Federal não estabeleça obrigação do Município em cooperar técnica e/ou financeiramente;
- II - Transferências de recursos a entidades privadas, clubes, associações, ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas as Entidades Sociais que prestam serviços ao Município, através do Termo de Cooperação Técnica e Financeira.

Parágrafo único. Para atender ao disposto nos incisos I, e II, o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo projeto de lei para a abertura de Crédito Adicional Especial.

Art. 19. É obrigatória a destinação de recursos para compor a contrapartida de empréstimos internos e para o pagamento de sinal, de amortização, de juros e de outros encargos, observado o cronograma de desembolso da respectiva operação.

Art. 20. Somente serão destinados recursos mediante projeto de lei orçamentária, a título de subvenção social, às entidades nas áreas de Educação, Saúde e Assistência Social para atendimento das despesas de custeio, conforme disposto no § 3º do artigo 12 e artigos 16 e 17 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, que preenchem as seguintes condições:

- I - Seja de atendimento direto ao público, de forma gratuita e continuada, nas áreas de assistência social, saúde ou educação;
- II - Possuam o Título de Utilidade Pública;

§ 1º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos emitidos no exercício de 2003 ou de 2004 por três autoridades e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria.

§ 2º É vedada a inclusão de dotação global a título de subvenções sociais.

§ 3º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 4º Os repasses de recursos serão efetivados mediante convênios, conforme determina o artigo 116 e parágrafos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 5º A Lei Orçamentária Anual conterà a relação de entidades beneficiadas com subvenções sociais, conforme o disposto no "caput" deste artigo.


Cleide Pinto
Prefeita
Município de Rorainópolis



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
GABINETE DA PREFEITA

Art. 21. O Município firmará Termo de Cooperação Técnica e Financeira com as Entidades Sociais que lhe prestem serviços.

Art. 22. Nos termos dos artigos 7º, 42 e 43, da Lei Federal nº 4.320/64, fica o Executivo autorizado a abrir Créditos Adicionais Suplementares até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do total geral da despesa fixada, para Câmara Municipal de RORAINÓPOLIS, Administração Direta e Fundos Municipais, inclusive transferências do Município.

§ 1º. Ficam autorizados e não serão computados, para efeito do limite fixado no "caput" deste artigo os casos de abertura de Créditos Adicionais Suplementares de:

- I - Ajustamento de dotações de um mesmo órgão, desde que não se altere o montante das categorias econômicas e das fontes de recursos;
- II - Insuficiência nas dotações referentes ao serviço da dívida pública.

§ 2º Acompanharão os projetos de lei relativos a Créditos Adicionais exposições de motivos circunstanciados que os justifiquem e que indiquem as conseqüências dos cancelamentos de dotações propostas sobre a execução dos projetos, das atividades e das operações especiais.

§ 3º A solicitação de abertura de Créditos Adicionais Suplementares autorizados nesta Lei oriunda dos órgãos do Poder Executivo Municipal, será submetida à Secretária de Administração e Finanças acompanhada de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos dos cancelamentos de dotações sobre a execução das atividades e dos projetos, que, aprovada, será remetida na forma de Decreto a Prefeita Municipal.

Art. 23. As dotações para custear despesas com pessoal e encargos sociais, atribuídas às unidades orçamentárias, serão movimentadas e redistribuídas, através de Créditos Adicionais Suplementares até o limite dessas despesas, não computadas, para efeito do limite fixado no artigo 22 desta Lei.

SEÇÃO II
DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO FISCAL

Art. 24. O Orçamento Fiscal fixará as despesas dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como as de seus Órgãos, e Fundos Municipais e estimará as receitas efetivas e potenciais de recolhimento centralizado da Secretaria de Administração e Finanças.

Art. 25. É vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante Créditos Adicionais Suplementares ou Especiais com finalidade precisa.

Art. 26. O Orçamento Fiscal compreenderá as receitas e despesas dos Poderes Legislativo e Executivo, bem como de seus Órgãos, e Fundos Municipais, de modo a evidenciar as políticas e


Prefeita
Município de Rorainópolis



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
GABINETE DA PREFEITA

programas de governo, respeitados os princípios da unidade, da universalidade, da anualidade e da exclusividade.

Art. 27. Na estimativa da receita e na fixação da despesa serão considerados:

- I - Os fatores conjunturais que possam vir a influenciar a produtividade;
- II - O aumento ou diminuição dos serviços prestados e a tendência do exercício;
- III - As alterações tributárias.

Art. 28. O Município aplicará 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino, conforme dispõem o artigo 212 da Constituição Federal, a Emenda Constitucional 14/96 e a Lei Federal nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996.

Art. 29. O Município aplicará, no mínimo, 15% (quinze por cento) em ações e serviços públicos de saúde, conforme disposto no inciso III, do artigo 7º, da Emenda Constitucional nº 29/2000.

Art. 30. Do total das Receitas Correntes – Fonte 00 – Recursos Próprios da Administração, serão aplicados no mínimo 6% (seis por cento) na Função Assistência Social.

Art. 31. O Poder Executivo, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá a seleção dos programas prioritários estabelecidos no Anexo I desta Lei, a serem incluídos na proposta orçamentária para 2005.

Parágrafo único. Os programas constantes do Anexo I desta Lei integram o Plano Plurianual 2002/2005.

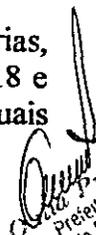
Art. 32. A lei orçamentária conterá Reserva de Contingência em montante equivalente a, no mínimo, 1% (um por cento) da receita corrente líquida, destinada a atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo único. Fica vedada a utilização da Reserva de Contingência como recurso para a abertura de Créditos Adicionais Especial e Extra-orçamentários.

CAPÍTULO IV

**DAS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS E
OUTRAS DESPESAS CORRENTES**

Art. 33. Os Poderes Executivo e Legislativo, na elaboração de suas propostas orçamentárias, observarão os limites da despesa com pessoal e encargos sociais, a que se refere os artigos 18 e 19 da Lei Complementar 101/2000, projetada para o exercício, considerando os eventuais


Prefeita
Município de Rorainópolis



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
GABINETE DA PREFEITA

acréscimos legais, alterações de planos de carreira, admissões para preenchimento de cargos, sem prejuízo do disposto na Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000.

Art. 34. No exercício de 2005, observado o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

- I - Houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;
- II - Forem observados os limites previstos no artigo 33 desta Lei, ressalvado o disposto no artigo 22, inciso IV, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 35. As despesas com pessoal e encargos sociais serão fixadas observando-se o disposto nas normas constitucionais aplicáveis – Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e a legislação municipal em vigor.

Art. 36. No exercício de 2005, a realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver excedido noventa e cinco por cento dos limites referidos no artigo 34 desta Lei, exceto o previsto no artigo 57, § 6º, inciso II, da Constituição Federal, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no "caput" deste artigo, é de exclusiva competência da Prefeitura Municipal, mediante prévia autorização legislativa.

Art. 37. A proposta orçamentária assegurará recursos para a qualificação de pessoal, visando ao aprimoramento e treinamento dos servidores municipais, que ficarão agregados a programa de trabalho específico.

CAPÍTULO V

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 38. O Poder Executivo enviará ao Legislativo projeto de lei dispondo sobre alterações na legislação tributária, tais como:

- I - Revisão e atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções, incompatibilidades com a realidade do município e impossibilidade de atuação do executivo na aplicação do código;
- II - Revisão das isenções de impostos, taxas e incentivos fiscais, aperfeiçoando seus critérios;


Prefeita
Município de Rorainópolis



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
GABINETE DA PREFEITA

- III - Compatibilização das taxas aos custos efetivos dos serviços prestados pelo Município, de forma a assegurar sua eficiência;
- IV - Atualização da Planta Genérica de Valores, ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário;
- V - Instituição de taxas para serviços que o Município, eventualmente, julgue de interesse da comunidade e de que necessite como fonte de custeio;

Art. 39. Os tributos serão corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pelo IPC-IBGE, ou outro indexador que venha a substituí-lo.

Art. 40. A cobrança do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU e o Imposto sobre Território Rural, dependerá de regulamentação quanto à titulação e propriedade das áreas urbanas e rurais do município, junto ao INCRA.

Parágrafo único. Os valores apurados no "caput" deste artigo não serão considerados na previsão da receita de 2005, nas respectivas rubricas orçamentárias.

Art. 41. O Poder Executivo Municipal não concederá anistias ou remissões fiscais no exercício de 2005.

Art. 42. Os tributos municipais poderão sofrer alterações em decorrência de mudanças na legislação nacional sobre a matéria, ou ainda em razão de interesse público relevante.

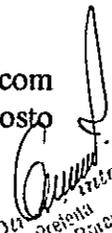
Art. 43. Ocorrendo alterações na legislação tributária, posteriores ao encaminhamento da proposta orçamentária anual a Câmara Municipal, em relação à estimativa de receita constante na referida lei, os recursos adicionais serão objeto de projeto de lei para abertura de crédito adicional no decorrer do exercício financeiro de 2005.

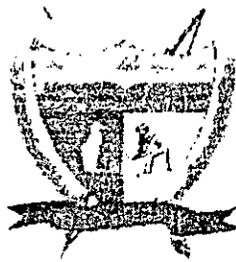
CAPÍTULO VI

DA DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 44. Os Orçamentos da Administração Direta, e dos Fundos Municipais deverão destinar recursos ao pagamento dos serviços da dívida municipal e ao cumprimento do que dispõe o artigo 100 e parágrafos da Constituição Federal.

Parágrafo único. Serão destinados recursos para o atendimento de despesas com juros, com outros encargos e com amortização da dívida somente às operações contratadas até 30 de agosto de 2004.


Ora
Prefeita
Município de Rorainópolis



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
GABINETE DA PREFEITA

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 45. Os valores das metas fiscais em anexo devem ser vistos como indicativo e, para tanto, ficam admitidas variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio do projeto de lei orçamentária de 2005 ao Legislativo Municipal.

Art. 46. Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas no Anexo II, referido no § 2º do artigo 2º desta lei, esta será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "despesas de custeio" (exceto pessoal e encargos sociais, obrigações constitucionais e legais e o pagamento da dívida).

Parágrafo único. Na hipótese da ocorrência do disposto no "caput" deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um indisponível para empenho e movimentação financeira.

Art. 47. Em cumprimento ao disposto no artigo 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000, fica considerada como despesa de caráter irrelevante, aquela cujo montante seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) no ano.

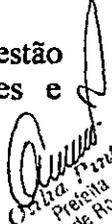
Art. 48. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar, até trinta dias após a publicação da lei orçamentária de 2005, programação financeira e cronograma anual de desembolso mensal, observando, em relação às despesas constantes no mesmo, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

Art. 49. Cabe à Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Finanças a responsabilidade pela coordenação da elaboração da proposta orçamentária de que trata esta lei.

Art. 50. Todas as receitas realizadas e despesas efetuadas pela Administração e Fundos Municipais, integrantes do orçamento fiscal, inclusive as diretamente arrecadadas, serão devidamente classificadas e contabilizadas no Sistema (sistema orçamentário e contábil-financeiro Integrado) no mês em que ocorrer o respectivo ingresso.

Art. 51. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesas, que possibilitem a execução destas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A Contabilidade registrará todos os atos e fatos relativos à gestão orçamentária e financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do "caput" deste artigo.


Cristina Ferrito
Prefeita
Município de Rorainópolis



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS
GABINETE DA PREFEITA

Art. 52. Os recursos provenientes de convênios repassados pelo Município deverão ter sua aplicação comprovada mediante prestação de contas à Auditoria Interna do Município de RORAINÓPOLIS.

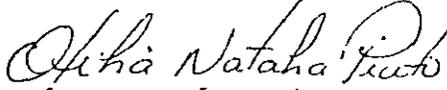
Art. 53. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme o disposto no artigo 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada mediante Decreto do Poder Executivo, mediante prévia autorização legislativa.

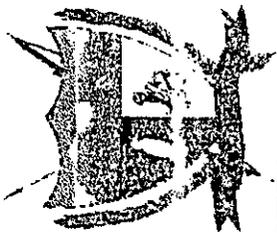
Parágrafo único. Na reabertura a que se refere o "caput" deste Artigo a fonte de recursos deverá ser identificada como saldos de exercícios anteriores, independentemente da receita à conta da qual os créditos foram abertos.

Art. 54. O Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal, para ciência, no prazo de vinte dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a divulgação do Quadro de Detalhamento de Despesa - QDD., Especificando, por projetos e atividades, os elementos de despesas e respectivos desdobramentos do Orçamento Fiscal dos Poderes Legislativo e Executivo, seus Órgãos e Fundos Municipais.

Art. 55. Fica autorizada a Revisão geral das remunerações dos servidores ativos dos dois Poderes, conforme percentual a ser definido em lei específica, bem como a realização de concurso público no âmbito do Poder Legislativo.

Art. 56. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.


OTÍLIA NATÁLIA PINTO
Prefeita



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS

ANEXO I

METAS E PRIORIDADES DA LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO - 2005

PROGRAMAS DO PPA 2002 - 2005

META ANUAL 2005

PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

1. Treinamento de servidores para a administração municipal.
 - > Treinamento para 20 servidores municipais.
2. Construção e reforma de prédios públicos diversos e aquisição de veículos.
 - > Construir e reformar 20% do total dos próprios públicos, bem como adquirir 20% dos veículos necessários para a área de planejamento, administração e finanças.
3. Aparelhamento do sistema de comunicação pública municipal - rádios comunitários (2), telefonia rural (25), antenas parabólicas (30) e fonia no Baixo Rio Branco (6).
 - > Aquisição e distribuição de 20% dos equipamentos definidos nas metas plurianuais.
4. Ampliação da Sede da Prefeitura e urbanização da área.
 - > Execução de 50% das obras de ampliação da Sede da prefeitura e reurbanização da área local.
5. Ampliação, Modernização, reforma e aparelhamento da Câmara Municipal e aquisição de veículos e equipamentos.
 - > Conclusão do programa de desenvolvimento do legislativo municipal, reforma e ampliação do prédio, modernização dos serviços, aparelhamento da casa e aquisição de veículos e equipamentos no montante final de 40%

EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E PROMOÇÃO SOCIAL

6. Construção de 08 unidades escolares e mais um centro de informática educacional.
 - > Construção de (1) uma unidade escolar e um centro de informática educacional.
7. Construção de creches
 - > Construção de (1) uma creche
8. Equipar (8) unidades escolares e um centro de informática educacional.
 - > Equipar (1) uma unidade escolar e (1) um centro de informática educacional.
9. Sistema de transporte escolar para atendimento de crianças. Veículos
 - > Adquirir (2) dois veículos para transporte escolar.


Otilia Pinto
Prefeita
Município de Rorainópolis

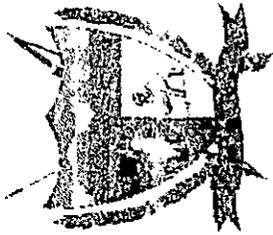


ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS

10. Treinar e capacitar professores e funcionários da educação. > Treinar e capacitar (10) dez professores e funcionários da educação.
 11. Construção de Pólos de Lazer - Complexo Urbanístico. > Construção dos pólos de lazer em 30% dos locais definidos no planejamento do PPA
 12. Construção de Quadras Poliesportivas Cobertas. > Construção de (1) uma quadra poliesportiva coberta
 13. Unidade de Educação Profissional / Centro Profissional. > Conclusão da Unidade de Educação Profissional.
 14. Construção de Centros Sociais. > Definição do Local e Construção de (1) um centro social.
- HABITAÇÃO**
15. Desmembrar 400 lotes urbanizados > Desmembrar 100 lotes urbanizados
 16. Ordenar assentamentos urbanos irregulares. > Ordenar (1) um assentamento urbano irregular.
 17. Construção de 100 casas populares > Construção de 30 casas populares
- SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO EM GERAL**
18. Construção de Unidade de Média Complexidade > Construção de (1) uma Unidade de Média Complexidade.
 19. Aquisição de unidades móveis de saúde, inclusive unidade fluvial (barco) > Aquisição de (1) uma unidade móvel de saúde
 20. Aquisição de ambulâncias > Aquisição de (1) uma ambulância
 21. Recuperação e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde. > Recuperação e Ampliação de 30% das Unidades Básicas de Saúde.
 22. Construção da Sede da Secretaria Municipal de Saúde > Início e conclusão de 50% da construção da Nova Sede da Secretaria Municipal de Saúde.
 23. Unidade Odontológica e Aparelhamento da Unidade > Aquisição de (1) uma Unidade Odontológica Aparelhada.

Ortila Pinto
Prefeita

Município de Rorainópolis



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS

- 24. Drenagem, limpeza e taludamento de 4.000 m de valas e igarapés da área urbana.
- 25. Rede coletora de águas pluviais, 1.600 m.
- 26. Equipamentos, máquinas e veículos para o serviço de limpeza pública.
- 27. Construção de Unidades de Abastecimento de água, vilas, poço/castelo/ramal principal.
- 28. Sistema de esgotamento sanitário, rede condominial e lagoa de estabilização.

INFRA-ESTRUTURA URBANA, URBANISMO, TRANSPORTE E MEIO AMBIENTE

- 29. Pavimentação e/ou construção de 30Km ou 30.000 m de ruas - Sede e Vilas
- 30. Executar drenagem de superfície, com 30.000 m de meio fio e sarjetas.
- 31. Construção de calçadas, 30.000 m²
- 32. Construção de 6.000 m² de calçadas em canteiros centrais.
- 33. Construção e implantação do horto municipal, produção de plantas, árvores, gramíneas, etc.
- 34. Substituição de 1000 luminárias
- 35. Sinalização da Área urbana
- 36. Recuperação, reflorestamento e preservação dos igarapés, rios e nascentes.
- 36. Implantação de área de proteção ambiental. APA em 30%

- Drenagem, limpeza e taludamento de 500 m de valas e igarapés da área urbana.
- Rede coletora de águas pluviais, 400 m.
- Adquirir 20% da necessidade em equipamentos, máquinas e veículos destinados à limpeza pública.
- Construção de (1) uma unidade de Abastecimento de água, vilas, poço/castelo/ramal principal.
- Concluir os 30% restantes e planejados para o município do sistema de esgotamento sanitário, rede condominial e lagoa de estabilização.

- Pavimentação e/ou construção de 5.000 m de ruas na Sede e nas vilas
- Executar drenagem de superfície, com 5.000 m de meio fio e sarjetas.
- Construção de calçadas, 5.000 m²
- Construção de 1.000 m² de calçadas em canteiros centrais.
- Concluir 20% da implantação do programa do horto municipal.
- Substituição de 250 luminárias
- Sinalização de 7500 unidades em toda a área urbana
- Recuperação, reflorestamento e preservação de 1.000 m de igarapés, rios e nascentes.
- Conclusão do projeto de implantação de área de proteção ambiental estimado em 30%

Olga Pinto
Prefeita
Município de Rorainópolis

37. Implantação de área de manejo florestal
38. Construção do Portal do Jundiá, fronteira do município com o estado do Amazonas.
39. Construção de 20 abrigos nas paradas de ônibus, conforme modelo padronizado.
40. Construção de cicloviás 3.000 m
41. Construção de vias de acesso e estradas vicinais 40Km
42. Construção de áreas industriais para pequenas empresas industriais.
43. Fomentos com máquinas e equipamentos, ferramentas e semoventes.
44. Formação, Qualificação e Treinamento de Recursos Humanos.
45. Reforma, Modernização de feiras e construção de feiras livres e galpão para armazenamento de grãos.
46. Duplicação da BR-174 em trechos da área urbana (Sede e Vilas) do Município, KM
47. Recuperação de Estradas Vicinais, KM
48. Unidades Fabris de Beneficiamento de Frutas, Cereais e Grãos
49. Construção de Parque de Exposição Agropecuária.
50. Fomento a Piscicultura, Unidades de Produção.
51. Casa de Apoio ao Produtor Rural
- Conclusão do projeto de implantação de área de manejo ambiental estimado em 30%
- Construção de 20% do Portal do Jundiá, fronteira do município com o estado do Amazonas.
- Construção de (5) cinco abrigos nas paradas de ônibus, conforme modelo padronizado.
- Construção de 1.000 m de ciclovia
- Construção de vias de acesso e estradas vicinais 10Km
- Concluir 20% da construção e desenvolvimento de áreas industriais para a pequena empresa e indústria.
- Fomentar com máquinas e equipamentos, ferramentas e semoventes o percentual de 40% do total destinado ao investimento nessa área.
- Treinamento especializado para 25 servidores
- Reforma, Modernização de feiras e construção de (1) uma feira livre e galpão para armazenamento de grãos.
- Duplicação da BR-174 em trechos da área urbana (Sede e Vilas) do Município, 2 KM.
- Recuperação de 20Km de estradas vicinais.
- (1) uma unidade Fabris de Beneficiamento de Frutas, Cereais e Grãos
- Construção de 25% do Parque de Exposição Agropecuária.
- Fomento a Piscicultura, Construção de (1) uma unidade de produção.
- Conclusão dos 30% da construção da Casa de apoio ao produtor rural.

[Assinatura]
Orcelma Patrício
Prefeita

Município de Korainópolis



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS

Anexo II

ANEXO DE RISCOS FISCAIS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2005 :

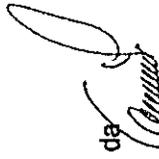
Aviação dos Passivos Contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas
MEMÓRIA DE CÁLCULOS DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Mês de Competência da Despesa: DEZEMBRO DE 2003
Período Demonstrado: Janeiro a Dezembro de 2003
Legislação: Art. 2º, IV alíneas, a,b, e c e §1º, § 2º e § 3º da LC 101/2000.

Quadro Nº 1

RECEITAS CORRENTES	Receita Bruta Arrecadada VALOR R\$	Deduções	Receita Líquida	
			VALOR R\$	VALOR R\$
Receitas Tributárias	157.332,57	Contribuições dos Servidores		
Receitas de Contribuições	0,00	Contribuições do Empregador	234.955,48	
Receitas Patrimoniais	8.367,55	Compensação Financeira (art. 201 da CF)	0,00	
Receitas Industriais	0,00	Receita Redutora para o FUNDEF	413.293,80	
Receitas Agropecuárias	0,00	PASEP	26.738,36	
Receitas de Serviços	0,00		0,00	
Transferências Correntes	3.754.773,30		0,00	
Outras Transferências	0,00		0,00	
Outras Receitas Correntes	46.900,01		0,00	
	3.967.373,43		674.987,64	3.292.385,79

Obs.: Do montante das Transferências Correntes já estão deduzidos os Convênios e Transferências dos Programas de Ação Continuada das áreas da Saúde e Ação Social e do Sistema Único de Saúde (SUS)


Ottaviano Batista
Prefeito
Município de Rorainópolis



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS

Anexo II

ANEXO DE RISCOS FISCAIS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2005

Avaliação dos Passivos Contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas
METAS ANUAIS DAS RECEITAS CORRENTES

Período Demonstrado: 2002 a 2004

Para fins do Artigo 4º, § 1º da Lei Complementar Nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, as metas anuais da administração municipal, em valores correntes e constantes, relativas às receitas, despesas, resultados primários e nominais para o triênio 2002-2004, estão evidenciadas nos quadros abaixo:

Quadro Nº 2

	EXERCÍCIOS		
	2002	2003	2004
	Valor R\$	Valor R\$	Valor R\$
PREVISÕES DAS RECEITAS CORRENTES			
Receitas Tributárias	405.330,00	158.520,00	165.000,00
Receitas Patrimoniais	1.000,00	2.000,00	2.500,00
Transferências Correntes	1.539.670,00	3.614.480,00	3.760.000,00
Transferências da União	1.006.000,00	1.865.500,00	1.940.000,00
Transferências do Estado	503.670,00	1.699.480,00	1.768.000,00
Outras Transferências do Estado	30.000,00	49.500,00	52.000,00
Outras Receitas Correntes	2.000,00	3.000,00	3.500,00
Convênios Federais	0,00	0,00	0,00
Convênios Estaduais	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.948.000,00	3.776.000,00	3.931.000,00


Orliza Brito
Prefeita

Município de Rorainópolis



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS

Anexo II

ANEXO DE RISCOS FISCAIS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2005

Avaliação dos Passivos Contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas
METAS ANUAIS DAS RECEITAS DE CAPITAL

Período Demonstrado: 2002 a 2004

Legislação: ART. 4º, § 1º da LC 101/2000.

Quadro Nº 3

PREVISÃO DAS RECEITAS DE CAPITAL

	EXERCÍCIOS	
	2002	2004
	VALOR (R\$)	VALOR (R\$)
Operações de Crédito		
Amortização de Empréstimos		
Transferências de Capital	486.000,00	520.000,00
Transferências da União	324.000,00	345.000,00
Transferências do Estado	162.000,00	175.000,00
TOTAL	486.000,00	520.000,00

Carla Brito
Pte. 003
Município de Rorainópolis



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS

Anexo II

ANEXO DE RISCOS FISCAIS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2005

avaliação dos Passivos Contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas

METAS ANUAIS DAS DESPESAS CORRENTES

Período Demonstrado: 2002 a 2004

Legislação: ART. 4º, § 1º da LC 101/2000.

Quadro Nº 4

FIXAÇÃO DAS DESPESAS CORRENTES

	EXERCÍCIO	
	2002	2004
	Valor (R\$)	Valor (R\$)
1 Despesas de Custeio	1.777.000,00	3.696.000,00
2 Transferências Correntes	171.000,00	235.000,00
TOTAIS	1.948.000,00	3.931.000,00

[Assinatura]
Prefeita
Município de Rorainópolis



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS

Anexo II

ANEXO DE RISCOS FISCAIS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2005
Avaliação dos Passivos Contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas

METAS ANUAIS DAS DESPESAS CAPITAIS

Período Demonstrado: 2002 a 2004
Legislação: ART. 4º, § 1º da LC 101/2000.

Quadro Nº 5

FIXAÇÃO DAS DESPESAS DE CAPITAL	EXERCÍCIO	
	2002 Valor (R\$)	2003 Valor (R\$)
1 Investimento	486.000,00	345.000,00
2 Inversões Financeiras		
3 Transferências de Capital		
TOTAIS	486.000,00	345.000,00


Chefe de Mesa
Município de Rorainópolis



Anexo II

ANEXO DE RISCOS FISCAIS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2005

Avaliação dos Passivos Contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas

METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO E RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Período Demonstrado: 2002 a 2004
Legislação: ART. 4º, § 1º da LC 101/2000.

Quadro Nº 6

	EXERCÍCIOS			Valor (R\$)
	2002	2003	2004	
A - PREVISÃO DE RECEITAS				
1 Total das Receitas Correntes	1.948.000,00	3.778.000,00	3.931.000,00	
2 Total das Receitas de Capital	486.000,00	332.000,00	345.000,00	
Total das Receitas Correntes e de Capital (1 + 2)	2.434.000,00	4.110.000,00	4.276.000,00	
B - FIXAÇÃO DE DESPESAS				
1 Total das Despesas Correntes	1.898.000,00	3.768.000,00	3.881.000,00	
2 Total das Despesas de Capital	486.000,00	332.000,00	345.000,00	
Total das Receitas Correntes e de Capital (1 + 2)	2.384.000,00	4.100.000,00	4.226.000,00	
C - PREVISÃO DE OUTROS RESULTADOS DA METAS FISCAIS				
1 Resultado Primário	0,00	0,00	0,00	
2 Reserva de Contingência	50.000,00	10.000,00	50.000,00	

[Assinatura]
Otila
Prestes
Município de Rorainópolis



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS

Anexo II

ANEXO DE RISCOS FISCAIS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2005

Avaliação dos Passivos Contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas

METAS ANUAIS DA DÍVIDA PÚBLICA

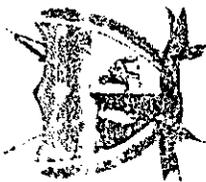
Período Demonstrado: 2002 a 2004
Legislação: ART. 4º, § 1º da LC 101/2000.

Quadro Nº 7

PREVISÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

	EXERCÍCIOS	
	2002	2004
	Valor (R\$)	Valor (R\$)
Dívida Mobiliária		0,00
Dívida Contratada	43.733,45	21.866,75
Dívida Flutuante	2.677.859,71	1.338.929,50
SUBTOTALS	2.721.593,16	1.360.796,25
TOTAL GERAL		0,00

[Assinatura]
Município de Rorainópolis



ESTADO DE RORAIMA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RORAINÓPOLIS

Anexo II

ANEXO DE RISCOS FISCAIS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2005

Avaliação dos Passivos Contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS RELATIVAS AO ANO ANTERIOR

METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO E RESERVA DE CONTINGÊNCIA.

Período Demonstrado: JANEIRO A DEZEMBRO DE 2003

Legislação: ART. 4º, § 2º, I da LC 101/2000.

RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO
PRIMÁRIO E RESERVA DE
CONTINGÊNCIA.

Quadro Nº 8

	Valores previstos (R\$)	Valores Realizados (R\$)	Diferença (R\$)
Receitas Correntes	3.778.000,00	7.592.416,01	3.814.416,01
Receitas de Capital	332.000,00	166.562,67	165.437,33
TOTAL	4.110.000,00	7.758.978,68	3.648.978,68
Despesas Correntes	6.109.457,03	5.686.312,18	423.144,85
Despesas de Capital	3.322.747,73	1.233.309,18	2.089.438,55
Reserva de Contingência	10.000,00	10.000,00	10.000,00
TOTAL	9.442.204,76	6.919.621,36	2.522.583,40
Resultado Primário		839.357,32	

Carla Primo
Preteta
Município de Rorainópolis



Anexo II

ANEXO DE RISCOS FISCAIS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2005
Avaliação dos Passivos Contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas
DEMONSTRATIVO DAS METAS ANUAIS
METAS ANUAIS DE RECEITAS, RESULTADO PRIMÁRIO E RESERVA DE CONTINGÊNCIA.

As metas anuais do Município de Korainópolis, propostas para o período de 2002 a 2005, nos termos do inciso II, do Parágrafo 2º, do artigo 4º da Lei Complementar N.º 101, de 04 de maio de 2000, que trata da gestão fiscal responsável, foram definidas em estrita observância aos cumprimentos da Reestruturação a ao Ajuste Fiscal, guardando perfeita consistência com as premissas e os objetivos da política econômica Nacional.

Quadro Nº 9

RECEITAS, RESULTADO PRIMÁRIO E RESERVA DE CONTINGÊNCIA.

EXERCÍCIOS

	2001		2002		2003	
	Valores Previstos	Valores Realizados	Valores Previstos	Valores Realizados	Valores Previstos	Valores Realizados
RECEITAS CORRENTES						
1 Receitas Tributárias	202.000,00	102.260,72	405.330,00	354.288,63	158.520,00	157.332,57
2 Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 Receitas Patrimoniais	12.000,00	0,00	1.000,00	1.413,13	2.000,00	10.689,04
4 Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
5 Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 Receitas de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
7 Transferências Correntes	1.091.000,00	2.625.051,28	1.539.670,0	11.823.019,09	3.614.480,00	7.377.494,39
8 Outras Receitas Correntes	48.000,00	2.632,00	2.000,00	7.319,18	3.000,00	46.900,01
TOTAL	1.353.000,00	2.729.944,00	1.948.000,0	11.784.481,52	3.778.000,00	7.592.416,01
Diferença para + ou -		1.376.944,00		9.836.481,52		3.814.416,01
RECEITA DE CAPITAL						
1 Operações de Crédito						
2 Alienação de Bens.	1.000,00					
3 Amortização de Empréstimos						
4 Transferência de Capital	1.338.000,00	944.326,77	486.000,00	736.075,40	332.000,00	166.562,67
5 Outras Receitas de Capital						
TOTAL	1.339.000,00	944.326,77	486.000,00	736.075,40	332.000,00	166.562,67
Diferença para + ou -		394.673,30		275.075,40		165.437,33

[Assinatura]
Prefeito Municipal
Município de Korainópolis



Ânexo II

ANEXO DE RISCOS FISCAIS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2005

Avaliação dos Passivos Contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas

METAS ANUAIS DE DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO E RESERVA DE CONTINGÊNCIA.

Legislação: Art. 4º, § 2º, II da LC 101/2000.

Quadro Nº 9-A

RECEITAS, RESULTADO PRIMÁRIO E
RESERVA DE CONTINGÊNCIA.

EXERCÍCIOS

	2001		2002		2003	
	Valores Previstos (R\$)	Valores Realizados (R\$)	Valores Previstos (R\$)	Valores Realizados (R\$)	Valores Previstos (R\$)	Valores Realizados (R\$)
DESPESAS CORRENTES						
1 Despesas de Custeio	1.353.000,00	3.354.916,04	5.412.786,04	4.706.086,11	5.883.457,03	5.460.312,22
2 Transferências Correntes	0,00	0,00	171.000,00	171.000,00	226.000,00	225.999,96
TOTAL	1.353.000,00	3.354.916,04	5.583.786,04	4.877.086,11	6.109.457,03	5.686.312,18
Diferença para + ou -		2.001.916,64	706.699,93			423.144,85
DESPESAS DE CAPITAL						
1 Investimentos	1.339.000,00	878.682,16	9.622.484,43	8.927.671,82	3.322.747,73	1.233.309,18
2 Inversões Financeiras						
3 Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	1.339.000,00	878.682,16	9.622.484,43	8.927.671,82	3.322.747,73	1.233.309,18
Diferença para + ou -		460.417,84	694.812,61			2.089.438,55
1 Resultado Primário		-559.327,43	-1.284.201,01			839.357,32

[Assinatura]
C. M. R. Rorainópolis
Município de Rorainópolis



Anexo II

ANEXO DE RISCOS FISCAIS LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2005

Avaliação dos Passivos Contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO – 2001 a 2003

O quadro abaixo demonstra a evolução do Patrimônio Líquido do Município nos Últimos três exercícios, na forma do inciso III, do Parágrafo 2º, do Art. 4º da Lei Complementar N/ 101, de 04 de maio de 2000, notando-se no período em análise, que o Passivo Real esteve sempre dentro de padrões aceitáveis.

Quadro N° 10

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	ANO DE 2001		ANO DE 2002		ANO DE 2003	
	Valor R\$		Valor R\$		Valor R\$	
ATIVO REAL	1.194.968,41		3.791.120,51		4.021.987,62	
PASSIVO REAL	973.407,56		2.721.593,16		1.959.921,30	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	221.560,85		1.069.527,35		2.062.066,32	
PASSIVO A DESCOBERTO	0,00		0,00		0,00	

[Handwritten signature]